



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

V LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1989-1990)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE OUTUBRO DE 1989

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vítor Perelra Crespo

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Vítor Manuel Calo Roque

Júlio José Antunes

Daniel Abílio Ferrelra Bastos

### SUMÁRIO

*O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 20 minutos.*

*Em sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra, além dos Srs. Ministros das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Oliveira Martins), do Emprego e da Segurança Social (Silva Peneda) e dos Negócios Estrangeiros (João de Deus Pinheiro) e dos Srs. Secretários de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais (Macário Correia) e Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação (Marques da Cunha), os Srs. Deputados Herculano Pombo (Os Verdes), Manuel Filipe*

*e António Filipe (PCP), Basílio Horta (CDS) e José Sócrates e António Campos (PS).*

*Entretanto, foram aprovados dois pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos, sendo um sobre a substituição de um deputado do PS e o outro denegando autorização de suspensão do mandato de um deputado do PSD.*

*Finalmente, a Câmara deu assentimento à deslocação, com carácter oficial, do Sr. Presidente da República ao Brasil, entre os dias 1 e 7 de Novembro.*

*O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Erão 10 horas e 20 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.  
Adérito Manuel Soares Campos.  
Alberto Cerqueira de Oliveira.  
Alberto Monteiro de Araújo.  
Alexandre Azevedo Monteiro.  
Álvaro José Martins Viegas.  
Amândio Santa Cruz Basto Oliveira.  
António Abílio Costa.  
António de Carvalho Martins.  
António Costa de A. Sousa Lara.  
António Fernandes Ribeiro.  
António Jorge Santos Pereira.  
António José Caeiro da Mota Veiga.  
António Manuel Lopes Tavares.  
António Maria Oliveira de Matos.  
António Maria Ourique Mendes.  
António Paulo Martins Pereira Coelho.  
António Sérgio Barbosa de Azevedo.  
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.  
Arlindo da Silva Moreira.  
Armando Lopes Correia Costa.  
Arménio dos Santos.  
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.  
Belarmino Henriques Correia.  
Carla Tato Diogo.  
Carlos Alberto Pinto.  
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.  
Carlos Manuel Duarte Oliveira.  
Carlos Manuel Oliveira da Silva.  
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.  
Carlos Sacramento Esmeraldo.  
Casimiro Gomes Pereira.  
Cecília Pita Catarino.  
Cristóvão Guerreiro Norte.  
Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
Domingos da Silva e Sousa.  
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.  
Ercília Domingues M. P. Ribeiro da Silva.  
Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.  
Fernando Dias de Carvalho Conceição.  
Fernando José Alves Figueiredo.  
Fernando José Antunes Gomes Pereira.  
Fernando Monteiro do Amaral.  
Fernando dos Reis Condesso.  
Filipe Manuel Silva Abreu.  
Flausino José Ferreira da Silva.  
Francisco Antunes da Silva.  
Francisco João Bernardino da Silva.  
Francisco Mendes Costa.  
Germano Silva Domingos.  
Gilberto Parca Madail.  
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.  
Hilário Torres Azevedo Marques.  
João Álvaro Poças Santos.  
João Baptista da Cruz Castanho.  
João Costa da Silva.  
João Domingos F. de Abreu Salgado.

João José Pedreira de Matos.  
João José da Silva Maças.  
João Maria Ferreira Teixeira.  
João Soares Pinto Montenegro.  
Joaquim Eduardo Gomes.  
Joaquim Fernandes Marques.  
Joaquim Vilela de Araújo.  
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.  
José Alberto Puig dos Santos Costa.  
José de Almeida Cesário.  
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.  
José Assunção Marques.  
José Francisco Amaral.  
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.  
José Júlio Vieira Mesquita.  
José Lapa Pessoa Paiva.  
José Leite Machado.  
José Luís Bonifácio Ramos.  
José Luís de Carvalho Lalandia Ribeiro.  
José Luís Vieira de Castro.  
José Manuel da Silva Torres.  
José Mário Lemos Damião.  
José Pereira Lopes.  
José de Vargas Bulcão.  
Luís António Martins.  
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.  
Luís Manuel Costa Geraldès.  
Luís Manuel Neves Rodrigues.  
Manuel Albino Casimiro de Almeida.  
Manuel António Sá Fernandes.  
Manuel Coelho dos Santos.  
Manuel da Costa Andrade.  
Manuel João Vaz Freixo.  
Manuel Joaquim Batista Cardoso.  
Manuel José Dias Soares Costa.  
Manuel Maria Moreira.  
Manuel Pereira.  
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.  
Maria Luísa Lourenço Ferreira.  
Maria Manuela Aguiar Moreira.  
Mary Patrícia Pinheiro e Lança.  
Mário Ferreira Bastos Raposo.  
Mário Jorge Belo Maciel.  
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.  
Mateus Manuel Lopes de Brito.  
Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.  
Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.  
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.  
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.  
Pedro Augusto Cunha Pinto.  
Pedro Manuel Cruz Roseta.  
Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
Rui Alberto Limpo Salvada.  
Rui Gomes da Silva.  
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.  
Valdemar Cardoso Alves.  
Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
Virgílio de Oliveira Carneiro.  
Walter Lopes Teixeira.

**Partido Socialista (PS):**

Afonso Sequeira Abrantes.  
Alberto Manuel Avelino.  
Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
Alberto de Sousa Martins.

António Carlos Ribeiro Campos.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Magalhães da Silva.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 António Miguel de Moraes Barreto.  
 Armando António Martins Vara.  
 Carlos Manuel Luís.  
 Edite Fátima Marreiros Estrela.  
 Eduardo Ribeiro Pereira.  
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.  
 Francisco Fernando Osório Gomes.  
 Helena de Melo Torres Marques.  
 Henrique do Carmo Carminé.  
 Jaime José Marques da Gama.  
 João António Gomes Proença.  
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.  
 João Rui Gaspar de Almeida.  
 Jorge Lação Costa.  
 Jorge Luís Costa Catarino.  
 Jorge Paulo Almeida Coelho.  
 José Barbosa Mota.  
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.  
 José Ernesto Figueira dos Reis.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.  
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Luís Geordano Santos Covas.  
 Manuel António dos Santos.  
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.  
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.  
 Rui António Ferreira Cunha.  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.  
 Vítor Manuel Caio Roque.

#### Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.  
 António da Silva Mota.  
 Carlos Alfredo Brito.  
 Carlos Vítor e Baptista Costa.  
 Eduarda Maria Castro Fernandes.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 Joaquim António Rebocho Teixeira.  
 João Camilo Carvalhal Gonçalves.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Manuel Santos Magalhães.  
 Júlio José Antunes.  
 Luís Manuel Loureiro Roque.  
 Luís Maria Bartolomeu Afonso Palma.  
 Manuel Anastácio Filipe.  
 Manuel Rogério Sousa Brito.  
 Maria de Lourdes Hespanhol.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Sérgio José Ferreira Ribeiro.

#### Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.  
 José Carlos Pereira Lilaia.  
 Rui dos Santos Silva.

#### Centro Democrático Social (CDS):

Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.

#### Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PEV):

André Valente Martins.  
 Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

#### Deputados independentes:

João Cerveira Corregedor da Fonseca.  
 Jorge Pegado Lis.  
 Maria Helena Salema Roseta.

O Sr. Guilherme Silva: — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Guilherme Silva: — Sr. Presidente, ontem, durante a sessão em que se debateu o recurso interposto do despacho de admissão do projecto de lei n.º 423/V, apresentado pelo PCP, levantou-se uma questão que me parece que tem de ser esclarecida pela Mesa.

Afirmar que uma alteração apresentada a este projecto não tinha dado entrada na 3.ª Comissão e consequentemente não poderia ser tomada em consideração, além de que o bom entendimento regimental levaria a que, mesmo que tivesse dado entrada, não poderia ser tomada em conta no parecer que aqui foi aprovado. O Sr. Deputado José Magalhães afirmou que tinha dado entrada e a Mesa, parece-me, esclareceu nesse sentido. Porém, pude confirmar que tal não aconteceu. Portanto, gostaria que a Mesa esclarecesse, junto dos serviços da 3.ª Comissão, a confirmação de que essa alteração ao projecto de lei deu entrada.

Por outro lado, pude constatar uma certa discrepância em relação a este documento, aliás, estranho, uma vez que ele está acompanhado de um ofício dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia com a data de 24 de Outubro, sendo o próprio documento também da mesma data, e há um carimbo de entrada na Mesa com data de 19 de Outubro, sendo a Sr. Secretária da Mesa Apolónia Teixeira que o assina.

Vou, pois, entregar na Mesa este documento para que seja devidamente esclarecida esta discrepância um pouco estranha.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, nos termos regimentais, como é do conhecimento de todos, os partidos que desejem fazer perguntas ao Governo devem entregá-las, para efeitos de escolha, dentro de um prazo que está fixado no Regimento.

Solicitava, pois, ao Sr. Presidente que, para futuras sessões de perguntas agendadas, houvesse um esforço — presumo, da parte do Governo — no sentido de os grupos parlamentares serem informados atempadamente quer das perguntas a que o Governo vai responder quer da ordem que vai seguir, porque entendemos que não foi isso que se passou desta vez, ou seja, não foram respeitados

os prazos, que, embora não fixados, são prazos lógicos para que as pessoas saibam concretamente, ao chegar aqui, na manhã de sexta-feira, qual é a sua vez de intervir e para se prepararem, nesse sentido.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Sr. Presidente, peço, a palavra para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Sr. Presidente, presumo que o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares vai pronunciar-se quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Herculano Pombo.

Nesse sentido, aproveito a oportunidade para, através da figura de interpellação à Mesa, dizer que o PRD não foi contemplado com a resposta do Governo à pergunta que formulou e pressupõe, que — até porque não é a primeira vez que isso acontece — a explicação lógica que o Governo eventualmente vai dar, uma vez que só fizemos uma pergunta, é a de que o Sr. Ministro a quem caberia responder à pergunta não está disponível para o efeito.

Se a resposta for essa, o PRD não levantará eventualmente qualquer questão, embora possa fazer uma sugestão, à semelhança do que tem acontecido noutras alturas, no sentido de o processo poder desenvolver-se de tal forma que o próprio grupo parlamentar pudesse ser informado da indisponibilidade do ministro e pudesse, com o conhecimento que tem dos membros do Governo que se deslocam à Assembleia, formular uma outra pergunta, de modo a não ficar completamente isolado, como é o caso, presente ou seja, sem ter possibilidade de ter um membro do Governo a responder à nossa questão.

O Sr. Presidente: — Para interpellar a Mesa tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Dias Loureiro): — Sr. Presidente, sob a forma de interpellação à Mesa, quero dar explicações aos Srs. Deputados Herculano Pombo e Marques Júnior.

Devo dizer, Srs. Deputados, que fizemos todo o esforço para, no mais breve espaço de tempo, indicarmos aos grupos parlamentares quais as perguntas que iam ser respondidas e qual a ordem. Aconteceu que recebemos as perguntas, se não estou em erro, na segunda-feira, da parte da tarde, ou na terça-feira, pela manhã, e o tempo que houve foi para contactar os vários ministros. Mas a verdade é que logo que tivemos as respostas, as comunicámos aos grupos parlamentares, como é evidente.

Há ainda um segundo aspecto que foi levantado pelo Sr. Deputado Marques Júnior no sentido de saber por que é que não há uma resposta à pergunta do PRD. É óbvio que isto não se deve ao menosprezo pela «valia» ou pela «menos valia» do PRD e muito menos pela substância da pergunta, deve-se apenas à dificuldade verificada pelo Sr. Ministro e a nada mais do que isso.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, neste conjunto de pedidos de interpellação à Mesa não passou de esclarecimentos preliminares para a realização do nosso trabalho mas, neste momento, confrontamo-nos com uma pequena dificuldade verificada pelas ausências do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Sr. Deputado Basílio Horta,

que seria o primeiro a colocar perguntas ao Governo, pelo que não estamos em condições de dar início aos nossos trabalhos.

Julgo que estaremos em condições apenas dentro de, aproximadamente, cinco minutos.

Pausa.

Gostaria de saber se já se encontra na Assembleia o Sr. Deputado — creio que é do PS — que vai interpellar o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. Armando Vára (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado José Sócrates ainda não está na Sala, porque, pela informação que tínhamos, ele seria o 4.º ou o 5.º na ordem de perguntas.

De qualquer das formas, poderei fazer algumas diligências, uma vez que ele já se encontra no Palácio.

O Sr. Presidente: — Agradeça, então, que o Partido Socialista solicitasse a presença do Sr. Deputado José Sócrates, dado que ele já se encontra no Palácio.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Ferraz de Abreu.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para formular uma pergunta ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a questão que aqui trago é de extrema relevância quer para o desenvolvimento da região algarvia, quer para o desenvolvimento do País como um todo. Trata-se da via longitudinal do Algarve, conhecida como a Via do Infante.

É, como disse e como penso que todos estamos conscientes, uma veia fundamental para que circule o «sangue» do desenvolvimento na região algarvia, região essa que tem sido martirizada, talvez a mais martirizada do País, pelas filosofias e pelos impactos do desenvolvimento, do crescimento não sustentado, e que tem neste momento uma opção fundamental a fazer, em termos de futuro: ou escolhe o crescimento sustentado ou o abismo irremediável do crescimento que atingiu o topo, que não pode dar mais e cujos rendimentos têm vindo a decrescer de uma forma assustadora.

Esta via longitudinal pode ser, pois, uma de duas coisas: ou a grande saída para o desenvolvimento do Algarve ou o absoluto e total, ou talvez final, estrangulamento da economia algarvia, com repercussões graves na economia nacional.

Sabe o Sr. Ministro a história conta-se em poucas palavras — que esta via é um anseio de todos os algarvios desde há largos anos. Sabe também o Sr. Ministro que muitos algarvios têm estado contra o traçado desta via, nomeadamente os agricultores, organismos públicos, instituições do Estado Português e instituições da Comunidade.

Os agricultores, porque vêem que um dos traçados previstos — este é outro problema — para a via longitudinal do Algarve vai passar exactamente sobre projectos de exploração agrícola ou agro-pecuária que vêm acariando e que, em alguns casos, até são financiados com fundos comunitários. E são esses projectos que vêm

morrer debaixo do asfalto ou sob os impactes que o asfalto pode provocar — o que é a mesma coisa —, ou seja, vêem morrer sonhos alimentados há décadas e que lhes têm custado o suor do rosto ... Há até quem fale mesmo em suicídios! ...

Para a Comissão de Coordenação da Região do Algarve — organismo do Estado que terá de coordenar, segundo as competências que lhe estão atribuídas e pelas quais responderá, o ordenamento territorial do Algarve —, o traçado proposto pela Junta Autónoma de Estradas não é minimamente aceitável, uma vez que inviabiliza inúmeros projectos agrícolas e fica longe de responder às necessidades do Algarve como um todo, respondendo talvez às necessidades da costa algarvia e isolando para sempre, entregando ao Alentejo — como se diz no Algarve — a parte do Barrocal.

Em recente comunicado, o Instituto Nacional do Ambiente, órgão colegial com atribuições que também passam pela análise destas problemáticas, afirma que o facto de a via longitudinal do Algarve ter um projecto que não assenta em estudos que deveriam ter sido feitos e não foram é um caso chocante, assim como a questão do campo de tiro de Alcochete, que é, nesse comunicado, posto em escala idêntica.

Mais recentemente, o responsável pela política ambiental da Comunidade Europeia e pela aplicação do direito comunitário critica o Governo Português e afirma mesmo que a CEE pode e vai processá-lo, tendo feito diligências no sentido de obter informações sobre o traçado desta via e sobre as condições que levaram a essa decisão sem terem sido analisados todos os impactes.

Por isso, Sr. Ministro, como é que é possível que num País que precisa de vias de comunicação como de pão para a boca se façam vias de comunicação à maneira antiga, isto é, fazendo-as passar pelo sítio orograficamente mais fácil, não fazendo *a priori*, a esse propósito, os necessários estudos de impacto social e ambiental, no caso do Algarve e no caso desta região, estudos hidráulicos, etc. ?...

Irá acontecer com a via longitudinal o que está já a acontecer com os outros IP, ou seja, irá o País assistir a propostas de debate nacional *a posteriori*, depois de eles estarem feitos?

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Oliveira Martins): — Sr. Deputado, queria começar por referir-lhe que o traçado da Via do Infante que está em causa é apenas o traçado entre o nó da Guia e o rio Guadiana, ou seja, a parte sotavento desse traçado.

Queria também referir que este traçado foi objecto de três estudos: primeiro, de um estudo de viabilidade, depois de um estudo prévio e, finalmente, do projecto.

O estudo de viabilidade foi feito no período de 1981-1982 e apontava para três soluções possíveis: a solução do interior, a solução intermédia e a solução do litoral.

Esse estudo foi submetido à apreciação dos municípios e das entidades da região na altura. Após terem procedido à sua análise, treze municípios pronunciaram-se pelo traçado intermédio, dois votaram contra ele e um não se pronunciou.

Desenvolveu-se, pois, a segunda fase do projecto — o estudo prévio — relativamente ao traçado intermédio. Foi esse estudo prévio que deu origem ao parecer do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, já nos anos de 1986-1987.

Esse estudo voltou a ser apresentado no Algarve, em reuniões públicas, em contraponto à chamada «solução Barrocal», muito defendida pela Comissão de Coordenação Regional.

Enunciaram-se, na altura, as vantagens e os inconvenientes de cada uma dessas soluções, porque, na realidade, cada uma delas tinha, de facto, as suas vantagens e os seus inconvenientes.

O assunto, como disse, foi submetido ao Conselho Superior de Obras Públicas, o organismo governamental tecnicamente mais qualificado para apreciar casos destes. Nele estão representadas inúmeras entidades e o Sr. Deputado pode facilmente verificar quem, nessa altura e sobre a matéria, se pronunciou a nível do Conselho Superior de Obras Públicas.

Ora, o Conselho recomendou ao Governo que continuasse a adoptar a chamada «solução intermédia», entre o litoral e a serra, com a condição de se corrigir os respectivos traçados, por forma a diminuir o volume de hectares de solo da Reserva Agrícola Nacional que essa solução previa absorver. Se bem me recorde, a solução previa a inutilização de cerca de 200 ha de solos pertencentes à Reserva Agrícola Nacional.

A partir daí, a Junta Autónoma de Estradas elaborou o projecto a submeter a concurso. Devo dizer que a solução final submetida a concurso, em matéria de solos da Reserva Agrícola Nacional, baixou dos duzentos e poucos hectares para 93 ha. E digo-lhe mais, Sr. Deputado, a solução que aí esboçou, a do Barrocal, implicava a utilização de 97 ha de solos da Reserva Agrícola Nacional, o que quer dizer que a solução que foi submetida a concurso ocupa menos solos da Reserva Agrícola Nacional que a solução do Barrocal, sem ter muitos dos inconvenientes que, como sabe, essa solução tem, entre eles um custo muito elevado e uma distância de transporte também muito elevada, que todos pagarão no futuro, quando lá andarem de um lado para o outro.

Queria ainda referir ao Sr. Deputado que à medida que se foram fazendo as correcções do traçado para diminuir a superfície de ocupação de solos da Reserva Agrícola Nacional, obviamente que o traçado deixava de pisar as terras de uns proprietários e passava a pisar as terras de outros. É uma lei inexorável quando se fazem estas aproximações, ou se quer um grande objectivo ou não se quer, e quando se quer esse objectivo há uns que deixam de protestar e outros que passam a protestar, alegando ser a primeira vez que lhes dizem que o traçado passava pela sua propriedade. Na verdade, é a primeira vez que lhes dizem isso porque o traçado foi corrigido para diminuir o volume global de solos da Reserva Agrícola Nacional a serem utilizados.

Devo dizer ainda ao Sr. Deputado que é este traçado final que, com muito detalhe, será exposto, brevemente, no Governo Civil de Faro, no decorrer de uma deslocação que o Sr. Secretário de Estado das Vias de Comunicação fará ao Algarve, apazada, julgo eu, para o próximo mês. Era isto, essencialmente, o que queria dizer-lhe.

Nestes traçados das vias de comunicação há um conjunto de factores que têm de ser ponderados: distância de transporte, mobilidade das pessoas, gases de escape, consumos de gasolina, etc., e também a parte paisagística

e a Reserva Agrícola Nacional, «solos» cuja inutilização pelas vias de comunicação deveríamos limitar ao *maximum maximorum*. Infelizmente, como sabe, não é possível satisfazer todos os factores e, por isso, compete ao Governo estabelecer as soluções de compromisso; ora, foi essa solução de compromisso que foi estabelecida, com o bom conselho do Conselho Superior de Obras Públicas.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no final da sua intervenção deu-me uma «dica» para lhe colocar mais algumas questões.

Disse V. Ex.<sup>a</sup> que a opção final vai ser exposta no Algarve, presumo que pelo Sr. Secretário de Estado das Vias de Comunicação. Ora bem, aqui é que reside uma grande parte do problema! O traçado final, segundo anúncio publicado em vários jornais, já foi submetido a concurso há cerca de um mês. Então, é depois da opção tomada que as pessoas vão ser informadas? Parece-me que isso é, de facto, andar ao contrário daquilo que se pretende e daquilo a que a lei obriga.

Como o Sr. Ministro sabe, tanto a lei portuguesa como a directiva comunitária, que já se encontra em vigor em Portugal há bastantes meses, obrigam a que se façam estudos prévios de impacte ambiental sempre que se trate de grandes obras. O que lhe pergunto, Sr. Ministro, é se o estudo prévio de impacte ambiental desta obra foi feito. Não me estou a referir aos estudos elaborados posteriormente que, conforme tenho conhecimento, alguém incumbiu uma empresa privada de fazer, após as contestações e que não incluíam o estudo de impacte ambiental.

Já agora convinha que ficasse claro que este país precisa urgentemente de saber o que é um estudo de impacte ambiental, para o que é que ele serve, como é que se faz e a quem é que se deve encomendar. Isto, pelo menos!

Portanto, aquilo que se contesta, Sr. Ministro, é o facto de o Governo Português não ter cumprido a legislação existente no sentido de mandar proceder a estudos prévios de impacte ambiental, no que respeita à Via do Infante. Estou a colocar-lhe só este caso, mas há, infelizmente, inúmeros mais.

Por outro lado, como é possível coordenar o desenvolvimento de uma região, quer seja através da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, quer seja através das autarquias do Algarve; e como é que se pode exigir às autarquias do Sotavento Algarvio que implementem planos directores municipais se elas estão manifestamente à margem do processo? E dou-lhe um exemplo: a Câmara Municipal de Tavira veio a saber por interposta pessoa — não oficialmente — que, muito provavelmente, o nó de Tavira cairia exactamente em cima do sistema de captação de água para a cidade. Como é que isto pode acontecer?

Como é que pode acontecer, também, que eu visite a região, contacte com a Junta Autónoma de Estradas, contacte com as câmaras, tente contactar com o Governo Civil, infrutiferamente, contacte com o director da Reserva Agrícola Nacional e toda a gente esteja contra o projecto e todos eles não saibam muito bem se estão contra ou a favor do projecto, porque não têm dados suficientes para

equacionar o problema, e se diz, no Algarve, que ali o segredo é a alma do negócio? — Voltamos ao antigamente, ao tempo em que as estradas — segundo se conta, que eu já não sou desse tempo — se faziam ao metro porque era ao metro que se ganhava? Então o segredo continua a ser a alma do negócio? Será que é verdade que a especulação fundiária no Algarve chegou primeiro do que a Via do Infante e «daqui não saio daqui ninguém me tira pois já fiz os meus investimentos e quem quiser que se desvie»? Será esta a filosofia que vai presidir ao traçado da Via do Infante, no Algarve?

O problema, Sr. Ministro, é que, enquanto os cidadãos não tiverem acesso atempado aos dados da Administração sobre aquilo que lhes vai cair em cima, a democracia não é possível. Enquanto houver só alguns grupos de cidadãos a terem acesso às decisões que irão ser tomadas — temos o caso da Via do Infante, temos o caso do futuro aeroporto de Lisboa, temos o caso, o caso, o caso — não há democracia que resista!

Sr. Ministro, o Governo faltou ou não faltou à legislação em vigor? Presumimos que sim! O Governo coordenou esta acção através do organismo que podia coordená-lo, a Comissão de Coordenação da Região do Algarve, o Ministério do Planeamento e da Administração do Território? Entendemos que não! O Governo respondeu, como deveria ter respondido, às questões postas pela Comissão de Ambiente da Comunidade Económica Europeia? Entendemos que não, a julgar pela carta que analisamos e que foi a resposta ao pedido de esclarecimento feito por essa Comissão. O Governo está ou não na disposição — e esta é a minha última pergunta — de acatar as leis em vigor e de corrigir, se ainda for a tempo, esta situação, evitando, assim, que caia sobre o Algarve uma faixa negra que vai ser a estrada da vergonha, que separará, finalmente, o litoral do interior do Algarve, acabando com as hipóteses de desenvolvimento do Barrocal?

O Sr. Filipe Abrão (PSD): — Grande asneira!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

Sr. Deputado Herculano Pombo, comecei pela última questão que me colocou, a dos cidadãos terem acesso aos dados e ao conhecimento destes traçados. Estou perfeitamente de acordo com o Sr. Deputado, nem se poderia pensar de outra maneira, pois, num país civilizado e democrático, os cidadãos têm, cada vez mais, de ter acesso a todos os problemas e ao tratamento das questões pela Administração Pública. Não há duas opiniões a esse respeito e o Sr. Deputado fica a saber que os cidadãos têm tido acesso aos dados que existem.

Voltando à primeira pergunta que me fez, sobre o estudo de impacte ambiental, expliquei aqui que, ao nível do estudo de viabilidade, quando, entre 1980 e 1982, ele foi elaborado, procedeu-se a análises de impacte ambiental que permitiram aos 13 municípios que citei optar por uma das soluções possíveis. A população, por via dos municípios, conheceu então as bases do traçado. Na segunda fase do processo passou-se ao estudo prévio, que foi completado e apresentado no Algarve em várias reu-

niões, a algumas das quais estive presente. Nessa altura, as pessoas viram os traçados em cartas em determinadas escalas, onde puderam constatar por onde passava a via longitudinal do Algarve.

Nesses traçados, obviamente, havia estudos de impacte ambiental, quer sobre a Reserva Agrícola Nacional, quer sobre a fauna, quer ainda sobre a flora. O Sr. Deputado julga que esses estudos não se fazem em Portugal? Fazem-se, sim, Sr. Deputado, e fazem-se já há alguns anos.

O Sr. Deputado pode discutir aqui, como muita gente discute, que os estudos deviam ser aperfeiçoados em determinados domínios, que deviam avançar para determinadas áreas ... Um dia, em que a oportunidade se ofereça, discutiremos o que deve ser um estudo de impacte ambiental. Porém, estou convencido de que se estiverem aqui três ou quatro especialistas na matéria, nem todos estarão de acordo sobre o que ele deve ser. Quando pedimos a países como a Inglaterra, a França ou a Alemanha um estudo de impacte ambiental, as soluções são diferentes de país para país.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — A lei já aponta os parâmetros!

O Orador: — Mas a oportunidade para isso virá, Sr. Deputado ...

Queria apenas dizer-lhe que foram feitos estudos de impacte ambiental na fase do estudo prévio e que voltaram a ser feitos estudos de impacte ambiental nesta fase do projecto.

Aliás, nesta fase do projecto, Sr. Deputado, apenas o pormenor das ripagens da via para norte, com vista a diminuir, ao máximo, o volume de solos da Reserva Agrícola Nacional a ser utilizado — e estão a ser feitas, nos últimos meses, ripagens de 500 m, 700 m, 1 km, no máximo, para norte —, é que não será do conhecimento de todos. Por isso o Sr. Secretário de Estado das Vias de Comunicação estará no Algarve para os divulgar. Devo dizer-lhe, contudo, que só há pouco tempo essas alterações ficaram prontas.

Estamos a cumprir com as normas legais, Sr. Deputado. Nem podia ser de outra maneira! ... Como é que o senhor queria que um Governo que se preze deixasse de cumprir normas legais nesta matéria? Estamos a proceder com um grande cuidado nisso! ...

A CEE perguntou-nos, a pedido de um Sr. Deputado do Partido Comunista em Estrasburgo, qual o andamento do projecto e em que medida estávamos a tratar estas questões. Fornecemos todas as informações a Bruxelas, pois essas informações existem.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Fora do tempo e nem todas!

O Orador: — Sr. Deputado, tem pela frente uma grande obra, em Portugal, na área das vias de comunicação. E isso é que dói! ... Isso é que dói! ...

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Também o edifício das Amoreiras é uma grande obra e é o que está à vista!

O Orador: — Isso é que dói! ... E, para realizar essas obras, Sr. Deputado, não podemos entrar em alguns «requintes» que os senhores levantam só para as travar. Mas nessa nós não vamos, Sr. Deputado! ...

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Está à vista!

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta ao Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Filipe, do Partido Comunista Português.

O Sr. Manuel Filipe (PCP): — Sr. Presidente, o nosso grupo parlamentar pretende fazer duas perguntas ao Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social, sendo apenas uma delas feita por mim.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Manuel Filipe.

O Sr. Manuel Filipe (PCP): — Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social, nos dias 14 e 15 deste mês realizou-se, em Almada, o IV Congresso Nacional de Deficientes. Estiveram presentes cerca de 500 delegados de todo o País, que se debruçaram sobre os vários problemas pertinentes que afligem os nossos deficientes e elaboraram uma lista de 40 medidas que reivindicam para poderem viver com a dignidade que merecem, como qualquer cidadão.

Entre essas medidas encontra-se a grande necessidade do cumprimento da norma constitucional sobre o apoio do Estado às associações de deficientes e a regulamentação da Lei de Bases de Reabilitação, que foi aprovada nesta Casa na sessão legislativa anterior. Portanto, trata-se de duas grandes reivindicações no movimento dos deficientes.

Pela Resolução n.º 51/88, de 10 de Dezembro, foi incumbido o Ministério do Emprego e da Segurança Social de preparar a aplicação do plano orientador da política de reabilitação.

Sabendo-se que até 1991 as acções concretas descritas no referido plano devem estar em prática, como não vislumbramos no horizonte legislativo medidas nessa tendência, gostaria que o Sr. Ministro informasse em que fase se encontra a preparação da aplicação do plano orientador, se há verbas no Orçamento, que em breve iremos discutir, que tenham em conta a sua implementação, como vai ser regulamentado e cumprido o disposto no n.º 10 do artigo 71.º, portanto, o apoio do Estado às associações de deficientes, e para quando a regulamentação da Lei de Bases de Reabilitação.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social.

O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social (Silva Peneda): — Sr. Deputado Manuel Filipe, é com muito gosto que respondo à questão que colocou porque, de facto, ela tem merecido uma prioridade de actuação a nível deste Governo.

A problemática dos deficientes tem de ser vista a três níveis: primeiro, a nível da prevenção; segundo, a nível da reabilitação e, terceiro, a nível da acção social.

A nível da prevenção, poderei anunciar que, pela primeira vez no País, eu e os meus colegas dos Ministérios da Educação e da Saúde tomámos a decisão de criar, a nível concelhio, as chamadas equipas multiprofissionais, no sentido de, quando for detectada alguma criança que tenha algum tipo de perturbações no seu desenvolvimento, poder ser encaminhada, a fim de evitar situações mais desagradáveis para o futuro.



Na área da reabilitação, e como o Sr. Deputado falou em verbas e em acções que foram desenvolvidas, dando a entender que nada foi feito em relação às associações de deficientes e paraficientes, direi novamente: pois a Câmara já tem conhecimento disso — que foi ponto de honra do Governo toda a preparação da legislação ter sido feita em estreita colaboração e com a participação dessas associações. Creio mesmo que isso foi um factor decisivo até para o tipo de votação que teve lugar nesta Câmara, que foi unânime. Houve um consenso nacional em relação a uma causa que é nobre e justa! Creio, pois, que isso esteve muito relacionado com a metodologia da preparação desta legislação.

Quanto a aspectos específicos de reabilitação, em que nos últimos anos se está a passar em termos de formação profissional no capítulo dos deficientes têm tido uma evolução, que considero notável, não só em termos de população abrangida, como também em número de movimentos financeiros nos diferentes programas — podendo dizer que em 1987 não chegámos a 1 milhão de contos, mas em 1989 apontámos para uma verba superior a 2 300 000 contos para programas de deficientes. Poderá também anunciar que, no quadro da reforma dos fundos estruturais, Portugal apresentou à Comunidade 14 programas operacionais em termos de formação profissional, dedicando-se dois deles, única e exclusivamente, à componente de deficientes. Recentemente o Governo, porque quer envolver o tecido produtivo e sente que há dificuldade por parte das empresas em admitir nos seus quadros portugueses com níveis de deficiência de diversa ordem, fez aprovar um decreto-lei onde dá incentivos significativos às empresas no sentido de admitirem deficientes nos seus quadros. Apesar de ter sido com um valor simbólico, a verdade é que o Governo decidiu, todos os anos, atribuir um prémio à empresa que mais se distinguisse nesta problemática da reinserção profissional dos deficientes. No diploma onde foi revisto o sistema de combate ao desemprego de longa duração há disposições específicas no sentido de incentivar as empresas, através de isenções para a Segurança Social, para que possam admitir deficientes dentro dos seus quadros. Portanto, Sr. Deputado, a execução do plano orientador de reabilitação está em curso. Porém, não devo dizer que tudo é facilidade dentro de toda uma problemática que é complexa, difícil, que exige a convergência de esforços de vários departamentos do Estado e também das associações, pois há pontos a trabalhar.

Com o tempo de que disponho para responder, creio que dei uma panorâmica breve de um conjunto de medidas que foram tomadas após a publicação da Lei de Bases dos Deficientes, para não falar de medidas de natureza fiscal que têm sido tomadas no capítulo de apoio à acção social.

Relativamente à acção social concretamente, não me vou alongar acerca dos números das pensões e de todas as prestações sociais para com os deficientes. Porém, devo dizer que sentimos que há pouca informação relativamente a toda esta problemática.

É com muito gosto que ofereço ao Sr. Deputado Manuel Filipe, e à Assembleia da República, uma publicação recente do Ministério de que faço parte, que se chama *Guia do Deficiente*, onde se poderá obter todas as informações daquilo que está feito e daquilo que queremos, com muito empenho, fazer no futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Filipe.

O Sr. Manuel Filipe (PCP): — Sr. Ministro, creio que a grande questão está na Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/88, de 10 de Dezembro. É que o plano orientador de reabilitação terá de ser implementado até finais de 1991. A quantidade enorme de tarefas que se colocam ao Governo e aos vários ministérios, insertas no referido plano, dão-me a ideia de que já estamos atrasados. Sr. Ministro, não se trata de uma tarefa fácil. Aliás, como V. Ex.ª está incumbido pelo Conselho de Ministros de coordenar as tarefas inerentes, coloco a seguinte questão: não entendo como é que até 1991, e faltam dois anos, se pode passar da teoria à prática, daquilo que está escrito no plano orientador de reabilitação e ter acções concretas para com os deficientes. De facto, parece que ou V. Ex.ª ou o Governo estarão atrasados.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social.

O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas devo dizer que está mal informado acerca desta temática. O chamar-lhe «plano» é um conceito que não é rigoroso! Há um conjunto de medidas — e todas as associações sabem disso, pois tanto eu como o Sr. Primeiro-Ministro entramos em contacto com todas elas —, uma listagem, onde não há prazos definidos relativamente a todas as medidas. Há medidas que estão a ser preparadas e elencadas, há um conjunto de intenções, todas elas lógicas e legítimas. Enunciei aqui algumas que, neste momento, já estão preparadas, mas há uma série delas que estão em fase final de execução no âmbito do Conselho Nacional de Reabilitação Profissional, que reúne comigo ainda hoje, da parte da tarde, para abordarmos algumas das medidas que estão em curso.

Porém, é ponto assente entre o Governo e as próprias associações que em 1991 não poderá estar tudo concluído. De facto, há medidas que estão longe de estar quantificadas, não há ainda perspectivas de encargos financeiros para algumas delas, há discussão, a nível técnico, mesmo dentro do Secretariado Nacional de Reabilitação e do Conselho Nacional de Reabilitação Profissional acerca da forma de execução de uma delas.

Portanto, definimos todo um conjunto de prioridades, e é segundo essa ordem de prioridades que estamos a trabalhar.

O que é claro — e isso é indelével durante os últimos tempos — é que o ano de 1989, desde que se aprovou a Lei de Bases de Reabilitação até ao presente momento, foi um ano onde vários indicadores demonstram claramente que, tanto do ponto de vista financeiro como do ponto de vista das medidas legislativas, se avançou, como em nenhuma outra altura, nesta problemática dos deficientes. Porém, isso não é motivo de regozijo para o Ministro, é motivo de insatisfação, porque trata-se de uma área onde temos ainda muito, para fazer.

Portanto, a minha palavra perante a Assembleia da República sobre esta matéria é a vontade inabalável de continuar a trabalhar em colaboração com as associações de deficientes no sentido de, tão rapidamente quanto possível, podermos ir obviando toda uma série de incon-



venientes que muito justamente são apontados como ainda não estando resolvidos.

Não podemos esquecer que partimos de uma base que era praticamente nula e o que fizemos em 1989 é um sinal muito positivo, em minha opinião, de que com esta metodologia podemos dar passos muito significativos tanto em 1990 como em 1991.

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Vítor Crespo.*

O Sr. Presidente (Vítor Crespo): — Para formular uma pergunta ao Governo respeitante à aplicação de verbas do FSE destinadas à formação profissional, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social, as verbas destinadas à formação profissional através do Fundo Social Europeu têm sido um dos escândalos nacionais nos últimos tempos. Não se trata apenas de um escândalo de dinheiro, porque está em causa um sistema de formação profissional, estão em causa muitos milhares de jovens utentes desse sistema, estão em causa muitas legítimas expectativas e possibilidades reais de desenvolvimento, que têm sido desbaratadas.

A forma como todo esse sistema foi montado tem-se revelado de uma enorme irresponsabilidade, não por falta de tempo, pois o departamento para os assuntos do Fundo Social Europeu existe desde 1983 e desde há muito que se sabia que as verbas para formação profissional iam ser disponibilizadas. O que se verificou foi que, nos anos decisivos de aplicação dessas verbas, os serviços destinados à canalização da sua aplicação não tinham meios, não tinham pessoal, não tinham as mínimas condições para corresponder às soluções que lhes foram cometidas.

Foram postas à disposição do País verbas avultadíssimas — é um facto — para formação profissional, e isso foi amplamente divulgado, potenciando grandes possibilidades de desenvolvimento a nível da formação profissional.

No entanto, nunca houve nem há nenhum plano coerente de formação profissional. Nunca houve qualquer articulação das acções de formação profissional desenvolvidas com o sistema educativo. Nunca houve qualquer consideração de prioridades nacionais específicas para esse sistema de formação. Nunca houve transparência real na atribuição dos fundos e nunca houve qualquer fiscalização eficaz da sua aplicação, com os resultados que estão à vista.

Desde 1987, pelo menos, são diariamente denunciadas fraudes com dinheiros do Fundo Social Europeu, fraudes do mais diverso tipo: desde jovens formandos, em grande número, que se queixam de não receber os subsídios de formação que lhes são devidos; desde trabalhadores que são inscritos como formandos e que não recebem qualquer tipo de formação, continuando a sua laboração normal nas empresas onde trabalham; casos de corrupção envolvendo funcionários de departamentos ministeriais; desvios de verbas para fins estranhos à formação profissional; facturação forjada; constituição de entidades com o único objectivo de promover acções de formação profissional, que acabam por não ser promovidas em tempo algum.

Esta situação denuncia uma completa desorganização dos serviços, mas, mais do que isso, denuncia uma si-

tuação de completa permissividade face à corrupção e à fraude. De facto, houve algumas entidades que receberam dinheiro e não promoveram acções, e a verdade é que nem o DAFSE nem o Instituto do Emprego e da Formação Profissional cuidaram de saber se essas acções estavam ou não a ser feitas ou como estavam a ser feitas.

Há muito tempo que o Governo afirma que a situação é normal e que se houve problemas eles foram ultrapassados. Porém, a verdade é que continuamos a ser confrontados com situações que demonstram que o sistema de formação profissional foi e é uma enorme fraude para os jovens e para o País.

O que gostaria de saber, Sr. Ministro, é o seguinte: quando assume o Governo as reais responsabilidades que tem nesta matéria?

É do conhecimento público como o partido do Governo se comportou em relação ao inquérito que foi iniciado nesta Assembleia: pôs-lhe fim, de uma forma apressada, e impediu o apuramento real de responsabilidades e de conclusões.

É também sabido que o Governo em nada contribuiu para a efectivação deste inquérito, designadamente não enviando um largo conjunto de elementos que foram solicitados, saindo, alguns deles, agora nós jornais. Esta situação põe em causa a própria credibilidade do nosso país a nível internacional, designadamente junto da CEE, e continua a ter graves consequências para os jovens e para o País.

Para o mal feito já não há remédio, mas gostaríamos de saber até quando é que se vai manter esta situação.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social.

O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social: — Sr. Deputado António Filipe, de facto, o discurso está gasto. Foi o Governo, por sua própria iniciativa, e não a mando de ninguém, que desencadeou o processo relativo às irregularidades dentro do Fundo Social Europeu.

Antes do Governo tomar essa decisão, não vi nenhum deputado da bancada do Partido Comunista, nem de outras bancadas, denunciar este tipo de situação. Fê-lo de uma forma isenta e a prova é — a Polícia Judiciária já revelou estes números — o número de processos que estão concluídos e a existência de algumas decisões de tribunais relativamente a esta matéria.

Ora, o Sr. Deputado disse falsidades na sua intervenção, pois afirmou que não havia prioridades no domínio da formação profissional quando há despachos publicados no *Diário da República*, que foram discutidos em sede de concertação social com os parceiros sociais, e fez-se um inquérito muito rigoroso às empresas acerca das necessidades de formação profissional. Essas prioridades foram aceites pelos parceiros sociais e foi isso que vigorou como critério para os anos mais recentes de candidatura ao Fundo Social Europeu.

Disse o Sr. Deputado que não há articulação com o sistema educativo, em termos de formação profissional, mas reviu-se a lei da aprendizagem de tal forma que, pela primeira vez, se atribuem graus académicos a quem frequenta esse tipo de sistema de formação profissional; criaram-se escolas profissionais no nosso país, com o

envolvimento da sociedade civil, de uma forma articulada e muito estreita — ainda hoje acabo de assistir à inauguração de uma delas —, e o Sr. Deputado diz que não há articulação com o Ministério da Educação, quando, durante anos, o sistema de formação profissional e o sistema educativo andaram de costas voltadas e agora, pela primeira vez, há uma congregação nítida de esforços neste domínio?

Finalmente, Sr. Deputado, em relação aos aspectos positivos da formação profissional, foi feito recentemente um inquérito, com uma larga amostragem, tanto de empresas, como de formandos, que é inquestionável e onde a conclusão é esta: o nível de desemprego dos jovens, com menos de 25 anos, quando iniciaram o curso de formação profissional, andava na casa dos 60%; porém, quando terminaram a formação profissional, o nível de desemprego andava na casa dos 20 % a 30 %. Portanto, Sr. Deputado, se há, num tecido muito fino e muito capilar, alguns agentes que não têm cumprido as regras de utilização dos fundos do Fundo Social Europeu, o Governo tem actuado, doa a quem doer, no sentido de que essas regras sejam aplicadas na valorização do recurso mais precioso que nós temos.

Mas não vamos tomar a nuvem por Junco, porque, de facto, tem sido feita, em muitas instituições e em muitas empresas, formação profissional a sério. Relembro, Sr. Deputado — não são declarações minhas, são declarações da comissão encarregada dos fundos sociais, quando esteve em Portugal —, que foi muito positiva a acção do Governo Português no que respeita ao Fundo Social Europeu e acrescentou «os problemas do Fundo Social Europeu são do passado e estão ultrapassados». Tive oportunidade de ver *in loco* os serviços que o senhor disse que funcionam mal, os quais talvez nunca tenha visitado, mas que eu convidei a visitar, que foram visitados pela Sr.<sup>a</sup> Comissária, quer o DAFSE, quer o IEF, e pude constatar as mudanças introduzidas nos últimos tempos. Há uma posição da Comissão que é clara relativamente a esta matéria, não há qualquer tipo de contencioso, e são muitas vezes os Portugueses — e lamentos que também sejam os deputados portugueses — que, aqui em Lisboa, levantam problemas onde, de facto, não existem.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para pedir esclarecimentos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Filipe (PCP): — O Sr. Ministro diz que foi o próprio Governo que lançou, em primeira mão e em primeiro lugar, o processo de averiguações às fraudes detectadas com as verbas do Fundo Social Europeu.

Sr. Ministro, desde há muito tempo que essas fraudes têm sido detectadas e têm sido denunciadas por várias entidades: em primeiro lugar, pelos jovens; em segundo lugar, pelo Partido Comunista Português e, em terceiro lugar, por numerosas organizações da juventude. E posso citar, aliás, um inquérito notável, elaborado pela Juventude Operária Católica, onde se detectam casos concretos de jovens que denunciam a situação de fraude em que se viram envolvidos, em relação a verbas do Fundo Social Europeu.

O Governo decidiu lançar uma sindicância ao DAFSE, cujas conclusões não foram ainda divulgadas. Aliás, era bom que essas conclusões fossem divulgadas ao País,

porque é importante que o País as conheça. Ainda recentemente responsáveis governamentais disseram que esse inquérito intercalar ainda não estava concluído, quando, no início do inquérito levado a cabo pela Assembleia da República, disseram que esse inquérito intercalar estava praticamente pronto. Por isso é importante que esse inquérito se conheça e ele ainda não foi divulgado.

Foram denunciadas inúmeras situações e, no entanto, o Governo continua a vir aqui dizer que aquilo que se verifica em relação às verbas do Fundo Social Europeu são fraudes pontuais e que quase tudo se passa dentro da mais perfeita normalidade. Mas, Sr. Ministro, a situação de facto não é essa, por isso não adianta o Governo vir aqui dizer que tudo está normal no âmbito da formação profissional.

É evidente que há, em Portugal, entidades que se dedicam seriamente à realização de acções de formação profissional com verbas do Fundo Social Europeu, temos que o reconhecer, mas também é verdade que muitos milhões de contos são envolvidos em fraudes, dentro da mais perfeita permissibilidade, não se tendo verificado, por parte do IEF e do DAFSE, uma acção sistemática e coerente de fiscalização das acções de formação profissional desenvolvidas.

Não adianta ao Governo vir dizer que tudo está a correr normalmente porque há muitos milhares de jovens, neste país, que sabem que há muitas situações que os envolvem e que os afectam, visto que muitos jovens foram defraudados por acções de formação profissional mal feitas e por outras que nem sequer se realizaram. É do conhecimento público que no País há inúmeras empresas e muitas entidades que estão, de facto, envolvidas «até ao pescoço» em verbas desviadas do Fundo Social Europeu e em fraudes praticadas à sombra dessas verbas.

Sobre as prioridades para o Fundo Social Europeu, que o Sr. Ministro disse que o Governo tem adoptado, é um facto que o Governo tem publicado alguns despachos e portarias sobre prioridades de acesso às verbas do Fundo Social Europeu, sendo muitas delas, aliás, reprodução de orientações trienais da própria Comunidade Económica Europeia. No entanto, Sr. Ministro, aconselhava-o a que visse o parecer do Conselho Nacional da Juventude, quando foi ouvido sobre esta matéria, em que se concluiu, taxativamente, que as prioridades definidas pelo Governo para acesso às verbas do Fundo Social Europeu não serviam os jovens nem serviam o País.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social.

O Sr. Ministro do Emprego e da Segurança Social: — Em primeiro lugar, desejava fazer-lhe uma observação, para sublinhar a sua falta de rigor nesta matéria, pois não se trata de prioridades para o Fundo Social Europeu, mas, sim, para a política de formação profissional. São coisas totalmente diferentes! O que o Sr. Deputado disse demonstra uma visão financista do acesso às verbas.

Na verdade, do que se trata é de prioridades para a política de formação profissional, que não é executada apenas com suporte financeiro do Fundo Social Europeu, pois há também dinheiro do Orçamento do Estado Português envolvido nessa política.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado está muito preocupado com os jovens que são defraudados; mas eu es-

tou preocupado também pelas falsas afirmações e pelo que elas podem causar em termos de falsas expectativas que se criam na opinião pública.

O Sr. Deputado só tem palavras, mas eu apresento-lhe factos da acção do Governo. Desde a data que entrei para o Governo até Outubro, os serviços do meu Ministério — que o senhor diz que não funcionam relativamente a esta matéria e que não fazem inspecções — comunicaram à Polícia Judiciária, para investigação, 249 participações.

**Uma voz do PCP: —** Têm gerido bem!

O Orador: — A Polícia Judiciária já concluiu 108 processos, 84 foram para acusação, e as investigações já terminadas respeitam a 88 processos por desvio de subsídios, 59 por fraudes, 2 por associação criminosa e 3 por corrupção. Até ao momento foram detidos 3 arguidos e constituídos mais 168.

O Sr. António Filipe (PCP): — Significativo! ...

O Orador: — Se o Sr. Deputado tem algum caso concreto, ponha-mo aqui em cima da mesa, devidamente identificado, que serei o primeiro a desencadear já o processo, como tenho feito.

*Aplausos do PSD.*

Agora, de palavras estamos fartos, por isso desafio-o a trazer aqui em concreto aquilo que disse de uma forma genérica, denunciando perante a Assembleia da República o nome da entidade e o nome dos casos que existem, pois eles terão exactamente o mesmo seguimento que tiveram os outros.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro, já reparou onde é que está? O Sr. Ministro julga que é esse o papel da Assembleia da República?!

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta sobre a actividade da polícia secreta angolana contra cidadãos portugueses, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: No dia 10 de Outubro, um semanário relatava que um jovem angolano teria sido raptado à porta de um restaurante por dois agentes da polícia secreta angolana, designada DISA. Esse jovem angolano teria sido raptado e teria sido levado para a Embaixada, onde ficou sequestrado, e só teria sido solto depois de uma intervenção directa da Polícia Judiciária.

Há também conhecimento de que, há cerca de três anos, uma mulher angolana teria sido raptada pelos mesmos serviços e levada para Angola contra a sua vontade.

Sobre estes factos que foram relatados caiu um manto de silêncio. Não houve qualquer esclarecimento, nem do Ministério de V. Ex.<sup>a</sup>, nem do Ministério da Justiça. Entende-se que sensíveis razões de política externa aconselhem prudência no tratamento destes temas, mas não é menos certo que o teor destas notícias, a confirmarem-se, ou seja, a acção, em território nacional, de forças policiais de outros países, é um facto suficientemente grave para ser colocado a V. Ex.<sup>a</sup> nesta Assembleia, perante o País.

Sr. Ministro, o problema que se coloca em relação à DISA pode eventualmente pôr-se no que respeita a outras polícias secretas. A nossa pergunta é, pois, esta: que veracidade é que há nos factos que foram relatados? Que medidas tomou o Governo ou entende que deve tomar para, se se confirmar este tipo de factos, impedir que aconteçam?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros (João de Deus Pinheiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Basílio Horta: Penso que as questões concretas que pôs deveriam, eventualmente, ser dirigidas a outro departamento do Governo, de qualquer modo, gostaria de dizer que a orientação do Governo nesta matéria é de uma inequívoca firmeza. Pensamos que seja quem for o cidadão estrangeiro que esteja em território nacional tem de cumprir estritamente a lei portuguesa.

Como vem relatado nos jornais, houve um caso que se passou em 1975, com pessoal diplomático, envolvendo uma embaixada, cujo processo está no Ministério Público, seguindo os seus trâmites normais.

Posso dizer a esta Assembleia que todos esses casos são dirigidos para os departamentos competentes da Administração, que os deve investigar, e a instrução é, sempre que se revelem de algum modo verdadeiros, de prosseguir inexoravelmente, doa a quem doer.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Ministro, muito obrigado pelos seus esclarecimentos.

É óbvio que a minha bancada está inteiramente de acordo quando diz que o Governo tem de actuar com firmeza em relação a casos desta ordem.

Mas, Sr. Ministro, permitia-me ainda pedir-lhe uma especificação em relação às medidas que aponta. O Ministério Público e o Ministério da Justiça têm os mecanismos adequados para proceder nestes casos, pois são crimes públicos, obviamente, e como tais têm de ser tratados.

No entanto, V. Ex.<sup>a</sup> não ignora que, para além disto, há uma vertente de política externa, que está subjacente a este tipo de acções, e, não ignorando o melindre da situação, pergunto a V. Ex.<sup>a</sup> se nessa vertente o Governo está disposto a fazer, também aí, alguma acção e a demonstrar a mesma firmeza ou se, pelo contrário, entende que estes assuntos devem ser apenas geridos em termos de aplicação da lei ordinária.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Naturalmente que em todos os casos em que o Governo tem indícios seguros de que as acusações, que são imputadas, se tornam verdadeiras, tem actuado com rigor, quer no plano externo, isto é, da opinião pública, como se passou, como se sabe, em alguns casos ainda não há muito tempo, quer, digamos, naquela acção mais discreta, mas nem por isso menos firme e nem por isso menos eficaz, a da diplomacia. Volto a repetir que não estamos dispostos a

tolerar qualquer tipo de, digamos, «ferimento» da lei portuguesa; qualquer tipo de «ferimento» da soberania portuguesa, doa a quem doer e seja com que país for.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa tem dois relatórios para pôr à consideração do Plenário; pelo que pediria ao Sr. Secretário para ler o relatório da Comissão de Regimento e Mandatos.

Foi lido. É o seguinte:

**Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos**

Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada no dia 27 de Outubro de 1989, pelas 10 horas e 30 minutos, foi observada a seguinte substituição de deputado:

Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Alvaro Jaime Neves da Silva (círculo eleitoral de Lisboa) por Rui António Ferreira Cunha [esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para o período de 16 de Outubro corrente a 11 de Janeiro próximo, inclusive].

Analizados os documentos de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernedo círculo eleitoral.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

João Domingos F. de Abreu Salgado (PSD), presidente — Valdemar Cardoso Alves (PSD), secretário — Arlindo da Silva André Moreira (PSD) — Carla Maria Taio Diogo (PSD) — Daniel Abílio Ferreira Bastos (PSD) — Domingos da Silva e Sousa (PSD) — Fernando Monteiro do Amaral (PSD) — José Alberto Puig dos Santos Costa (PSD) — José Manuel da Silva Torres (PSD) — Luís Filipe Garrido Pais de Sousa (PSD) — Manuel António Sá Fernandes (PSD) — Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD) — Vascó Francisco Aguiar Miguel (PSD) — Carlos Manuel Luís (PS) — José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Rui José Santos Silva (PRD) — Herculano da Silva Pombo M. Sequeira (Os Verdes).

Srs. Deputados, está em apreciação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Há um parecer e proposta de resolução da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, que vão ser lidos.

Foram lidos. São os seguintes:

**Parecer e proposta de resolução da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação**

A Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, da Assembleia da República, tendo apreciado a mensagem de S. Ex.ª o Presidente da República em que solicita o assentimento para se deslocar, em viagem de carácter oficial, ao Brasil entre os dias 1.º e 7 de Novembro de 1989, apresenta ao Plenário a seguinte proposta de resolução:

Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º da Constituição, a Assembleia da República dá o assentimento à viagem de carácter oficial de S. Ex.ª o Presidente da República ao Brasil. Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Srs. Deputados, há ainda um outro relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos, que vai ser lido.

Foi lido. É o seguinte:

**Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos**

O Tribunal Judicial da Comarca de Ponta Delgada oficiou a esta Assembleia (ofício n.º 305/89, processo n.º 61/88, 1.º Juízo, 2.ª Secção) em 28 de Março de 1989, solicitando que o Sr. Deputado Mário Jorge Belo Maciel seja suspenso das funções de deputado para efeito de seguimento do processo [contravenção ao disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 14.º do Código da Estrada].

A imunidade dos deputados visa impedir que o funcionamento normal da Assembleia da República seja prejudicado por questões que, sem prejuízo da sua posterior apreciação, podem aguardar o termo da actividade parlamentar dos deputados. Tal só não sucederá se a questão for suficientemente grave e a sua não apreciação possa pôr em causa o prestígio deste órgão de soberania.

Ora, o processo em relação ao qual se pede a suspensão é uma mera transgressão às normas do seu Código da Estrada, praticada no ano de 1987, o que, de modo algum, justifica a suspensão solicitada.

Assim, somos de parecer que a Assembleia da República não deve autorizar a suspensão do mandato ao Sr. Deputado Mário Jorge Belo Maciel, o que deve ser comunicado ao M.º Juiz do processo a que respeita o pedido do Tribunal mencionado.

Srs. Deputados, está em discussão. Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Para formular uma pergunta oral ao Governo sobre o projecto de regadio da Cova da Beira, tem a palavra o Sr. Deputado José Sócrates.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, desejo interpelar V. Ex.<sup>a</sup> a propósito do projecto de regadio da Cova da Beira e, em particular, sobre a concretização da construção da barragem do Côa.

V. Ex.<sup>a</sup> bem compreenderá a importância que este assunto tem para os socialistas e a especial importância que tem para mim, que represento aqui os cidadãos da região em causa.

Não se trata apenas da realização de um projecto da maior importância para o desenvolvimento da Beira Interior, mas também, e principalmente, porque, tratando-se de um projecto a realizar no interior do País, a atenção e o empenho que o Governo põe na concretização do projecto pode dar uma ideia da vontade do Governo em corrigir os actuais desequilíbrios regionais e em promover o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas.

Sr. Secretário de Estado, V. Ex.<sup>a</sup>, decerto, conhece a história deste projecto, é uma história velha e triste, que conta já 30 anos de promessas públicas, de adiamentos segregados, de hesitações e de atrasos. Trinta anos de expectativas e de frustrações, que representam uma vida. Com efeito, os técnicos que com ele começaram as respectivas carreiras, com certeza, irão ainda com ele atingir a idade da reforma. Trinta anos que transformam este projecto — e tenho a certeza que V. Ex.<sup>a</sup> concordará comigo — num dos maiores exemplos que conheço da incapacidade e da incompetência da Administração Central para gerir um projecto que é vital para o desenvolvimento daquela região.

Assim, Sr. Secretário de Estado, parece-me urgente — e tenho a certeza que concordará comigo também quanto a isto — trazer verdade e clareza a este processo, principalmente porque a ambiguidade que dominou nestes últimos 30 anos parece continuar agora a propósito da construção da barragem do Côa.

Anteriormente, quando questionado sobre esta matéria relativa à concretização ou não da construção da barragem, o Governo disse que a construção dependeria do aproveitamento que os agentes locais e regionais fizessem dos recursos já disponíveis da Meimóia e da Capinha, pelo que se infere, salvo melhor interpretação, que o Governo suspende para já a decisão de construir e promete pensar no assunto alguns anos mais tarde.

Confesso, Sr. Secretário de Estado, que muito me espanta esta posição do Governo. Depois de tanta promessa, de tanto adiamento, a única coisa que o Governo tem para dizer aos beirões do interior é que vai pensar no assunto. Depois de tanto atraso, Sr. Secretário de Estado, de tanta hesitação, a única resposta que o Governo tem para dar é a ambiguidade que se junta às ambiguidades anteriores.

Sr. Secretário de Estado, chega de equívocos e de indecisões. Em nome da verdade e da clareza que devemos à opinião pública regional, pergunto-lhe muito simplesmente: o Governo vai ou não dar cumprimento integral ao projecto de regadio da Cova da Beira, construindo a barragem do Côa?

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais (Macário Correia): — Sr. Deputado José Sócrates, é com muito gosto que respondo à questão que acaba de me colocar e é, exactamente, sobre as preocupações de clareza e de verdade que V. Ex.<sup>a</sup> manifestou — pois o Governo entende que de outra forma não deverá actuar — que lhe vou responder, tendo em atenção que quando V. Ex.<sup>a</sup> se refere aos últimos 30 anos está a ter uma perspectiva clara da matéria, que é própria da sua idade e da nossa geração.

De facto, nos últimos 30 anos o projecto em causa foi, várias vezes, alvo de alguma atenção, mas só a partir de 1979, nos últimos 10 anos, é que a Administração Pública e os vários Governos começaram a dedicar um esforço particular a esta matéria, começando a construir algumas das obras relativas ao sistema de aproveitamento e de desenvolvimento da Cova da Beira.

Assim, como é sabido, a barragem da Capinha — uma pequena barragem — foi construída a partir de 1979 e a partir de 1981 até 1984 ocorreu a construção da barragem da Meimóia, que facultou o fornecimento de água para o regadio daquela zona.

Como o Sr. Deputado certamente saberá — e se não sabe posso, desde já, anunciar-lhe —, desde Agosto passado, o primeiro troço, isto é, as primeiras tomadas da barragem da Meimóia estão em condições de facultar água para a agricultura. Há apenas pequenos pormenores, ou seja, cerca de 10 m de ligação de uma tomada a um canal secundário, que estão neste momento a ser ajustados, mas que se podem concretizar em poucos dias, embora neste período em que nos encontramos não consituam qualquer questão em termos de necessidade de água para a rega.

Portanto, no próximo ano de rega, ou seja, no próximo ano agrícola, em termos de regadio, que tem início a partir de Abril/Maio, há água disponível para regar boa parte do primeiro bloco que é o da própria Meimóia.

Entretanto, desde o ano passado, a barragem da Meimóia já está a fornecer água ao Fundão, através de um sistema provisório de adução que se entendeu ser útil construir.

Por outro lado, brevemente, vai ser construída a parte restante do canal da Meimóia, do túnel e da conduta principal, que levará a água até à chamada barragem de Escarigo, e depois será lançado um outro canal até à barragem da Capinha, na medida em que a barragem da Capinha tem uma capacidade pequena, o que a leva a estar dependente do fornecimento da barragem da Meimóia.

Retomando agora a questão concreta que V. Ex.<sup>a</sup> me colocou e que diz respeito à barragem do Sabugal, entende o Governo que antes de desbaratar ou de utilizar mal o dinheiro público é necessário que o dinheiro investido esteja a ser rentabilizado e utilizado convenientemente. Pensamos que é isso que importa, daí concordarmos com V. Ex.<sup>a</sup> quando diz que importa trazer aqui ao de cima a clareza e a verdade.

Actualmente, estão investidos, a preços actuais, cerca de 8 milhões de contos na Cova da Beira, ou seja, no conjunto de infra-estruturas que já referi, tornando-se importante que estas infra-estruturas tenham rentabilidade. É importante que os cerca de 3500 ha do bloco da Meimóia comecem a ser regados e a produzir, porque neste momento há água disponível para o efeito, e quando tudo funcionar bem estamos em condições de lançar os blocos seguintes.

Seria incompreensível para a opinião pública e para os contribuintes que o Governo fosse dar início a mais uma obra quando ainda existe água disponível que é mais do que suficiente para regar a zona que, neste momento, tem os canais secundários feitos. Seria incompreensível fazer-se mais um reservatório, cuja construção se prolongaria por mais alguns anos, sem que estivesse feito o emparelhamento, o conjunto de canais secundários e o conjunto de obras que competem aos agricultores e às respectivas associações e, até, aos agentes económicos em geral. Seria incompreensível que o Governo actuasse desta maneira, pois era mais um reservatório que representava uma grande acumulação de dinheiro, sem utilidade prática no imediato. Não é este o desejo do Governo. Pensamos que devemos aplicar o dinheiro no que é prioritário, no que é necessário e urgente, fazer para que os projectos em que estamos envolvidos se possam concretizar, como é o nosso desejo.

Quanto à barragem do Sabugal, devo esclarecer que não está adiada eternamente, ela far-se-á logo que tudo o que já está feito esteja, de facto, a ser utilizado, e quando se mostre necessário dar mais um passo em frente no sentido de disponibilizar mais água para outros blocos, como, por exemplo, no caso do Fundão, da Covilhã ou de Belmonte, iniciarem também o processo de regação. Neste sentido, no Orçamento do Estado já entregue na Assembleia e que em breve será discutido nesta Câmara, o Governo tem previsto continuar a uliminação dos projectos em relação à barragem do Sabugal e está previsto o seu lançamento no prazo de um ou dois anos. Não será ainda em 1990, mas no final de 1991 ou 1992. Quando tudo estiver preparado, estou convencido que os agricultores, os agentes económicos e os empresários da Cova da Beira já terão feito as acções necessárias para bem merecer e justificar esse investimento que tem necessariamente de ser feito.

**Aplausos do PSD:**

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Sócrates.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr. Secretário de Estado, confesso que não esperava ouvir um discurso tão eminentemente tecnocrático da sua parte. Não estou habituado a esse tipo de intervenção e penso que ela iria muito melhor ao parecer do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, que já há alguns meses a esta parte anda a dizer o que o Sr. Secretário de Estado agora acabou de repetir.

Pedi-lhe clareza e veio com a mesma ambiguidade. Perguntei-lhe se sim ou se não quanto à construção da barragem do Côa e V. Ex.ª diz «nem», nem sim nem não, diz vamos ver; vamos primeiro aproveitar e depois, em função disso, vamos pensar; vamos primeiro ver o que é que dá a Meimóia e a Capinha e depois, em função disso, veremos se construímos a barragem do Côa.

E ainda bem que fala no Orçamento do Estado para este ano, porque V. Ex.ª se bem se recorda tinha inserido no Orçamento do Estado do ano passado, previstas para 1990, algumas verbas, que, em termos de projecção espacial da programação dos trábáhos, tinha prometido gastar neste ano e que atingiam os 650 000 contos. Sabe quanto é que está previsto no Orçamento do Estado deste ano? Apenas 5000! Mais um adiamento, mais uma hesitação! Foi isto que referi na minha intervenção.

Esta situação, já dura há cerca de 30 anos e os senhores continuam com a mesma ambiguidade.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — O Partido Socialista já foi Governo, por que é que não fez nada? O Orador: — que, neste caso, nesta altura, é muito mais grave, porque o País dispõe, pela primeira vez, de recursos provenientes da Comunidade Económica Europeia, que são postos à disposição do País para promover o desenvolvimento regional. Mas a verdade é que V. Ex.ª não os utiliza para promover o desenvolvimento regional, mas, possivelmente, para outros fins, que não sei quais são. Além disso, quando toda a classe política está de acordo em que o interior do País merece um esforço acrescido de justiça e de solidariedade nacionais, V. Ex.ª canalizam o investimento e, principalmente, os fundos estruturais para as regiões do País que, possivelmente, têm neste caso, condições melhores condições de se modernizarem e, portanto, não utilizam um critério de solidariedade em relação ao interior do País, esquecendo-o e condenando-o no futuro a ser uma região mais desertificada, funcionando apenas como reserva de mão-de-obra.

Aqui se prova, de facto, o Governo tem ou não interesse no interior do País.

**Vozes do PSD:** — Tem! O Orador: — Não tem que quebrar o ciclo do subdesenvolvimento do interior e em apostar firmemente no interior do País como única forma de vencer os desafios do progresso, do desenvolvimento que, como V. Ex.ª sabe, não tem as condições que se verificam no litoral do País.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Orador: — Registo a ambiguidade, Sr. Secretário de Estado, mas digo-lhe também que não a esperava. Tenho esperança de que um dia V. Ex.ª tenha a oportunidade de dizer com clareza o que pensa sobre este assunto.

**Aplausos do PS:**

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Sr. Deputado, é com muito gosto que, naturalmente, respondo e clarifico aquilo que V. Ex.ª entende que não é claro, mas que, para mim, é certamente para o resto da Câmara, é.

Primeiramente, devo dizer-lhe que prefiro fazer o discurso da tecnocracia ao discurso da demagogia. Certamente, não é essa a sua opção.

Em segundo lugar, devo, ainda, dizer-lhe que os recursos que temos para investir têm de ser bem geridos. O dinheiro dos contribuintes que está confiado ao Governo, tem de ser gerido segundo determinadas prioridades, e, portanto, com muito cuidado e com muito critério.

Certamente que quem está no seu nível de responsabilidades pode dizer outras coisas e pode desejar que se faça a barragem do Sabugal e muitas outras obras, por que não tem responsabilidades directas na gestão do dia-



-a-dia das prioridades e das contas públicas, que nós temos de prestar, em nome do interesse público que, naturalmente, defendemos, e em nome do desenvolvimento, que, como é natural, queremos.

Depois, Sr. Deputado, devo também dizer-lhe o seguinte: estão lá consumidos, até hoje, 8 milhões de contos ...

O Sr. José Sócrates (PS): — Fatura! Fatura!

O Orador: — Pode o resto dos portugueses perguntar-me qual é o resultado desse dinheiro para além do abastecimento de água ao Fundão. Isto porque o resto ainda não se viu.

Por isso, desafio o Sr. Deputado a uma coisa que me parece fundamental...

O Sr. José Sócrates (PS): — Posso interrompê-lo, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — Se me permite, concluiria, tal como aguardei enquanto falou. É uma questão de educação e uma questão, naturalmente, de critério de intervir aqui.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado, faço-lhe um desafio e devo ainda dizer-lhe: em vez de ter um discurso demagógico, como aquele em que diz que se faça amanhã a barragem do Sabugal, desafio-o para uma outra atitude, que é a de organizar aquela gente, de dinamizá-la, de utilizar localmente o seu papel de político, que efectivamente é, e tentar avançar com o emparcelamento, dinamizar aqueles agentes económicos, fazer que aquela água, que está acumulada há anos na barragem da Meimoa, seja utilizada convenientemente. Desempenhe esse papel político naquela região, prestando, assim, uma excelente ajuda à região e ao País. É isso que os deputados e os políticos devem fazer. Pretender fazer mais barragens amanhã sem utilizar bem aquelas que temos feitas é demagogia e nisso não posso, naturalmente, estar de acordo consigo, porque não é correcto.

O Governo quer fazer a barragem do Sabugal e muitas outras, mas quer utilizar bem o dinheiro público, não o gastando mal gasto, sem prioridades e sem critérios. É esta a minha atitude. É esta a minha posição. Não é de ambiguidade, mas sim de clareza, de verdade e de rigor. Outra coisa não poderia fazer.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. José Sócrates (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. José Sócrates (PS): — Para defesa da consideração, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — De acordo com o que está previsto, queira o Sr. Deputado indicar qual é o objecto da defesa da consideração.

O Sr. José Sócrates (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado classificou a minha intervenção de demagógica e eu rejeito isso, em absoluto.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, vou dar-lhe a palavra. Em todo o caso, lembro as regras de maior controlo destas figuras, que estamos a estabelecer. Portanto,

peço-lhe que seja breve.

O Sr. José Sócrates (PS): — Serei brevíssimo, Sr. Presidente. É só para dizer ao Sr. Secretário de Estado o seguinte: o senhor chama demagogia ao facto de um deputado daquela região vir aqui exigir que o Governo cumpra um projecto que tem 30 anos. Isto é, trata-se de um projecto que foi prometido àquela gente há 30 anos e que, apesar dos recursos financeiros que o Governo nestes últimos anos tem tido à sua disposição para promover o desenvolvimento regional, nem agora foi feito! A única coisa que tem para responder às pessoas são mais atrasos, mais hesitações! E à verdade o Sr. Secretário de Estado chama demagogia! Eu é que chamo demagogia ao facto de o senhor pôr, aqui, no Orçamento Geral do Estado do ano passado, 650 000 contos para este ano e, no Orçamento deste ano, aparecerem 5000. Isto, Sr. Secretário de Estado, é que é demagogia.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — É demagogia e falsidade!

*Protestos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, a quem também peço brevidade.

O Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado José Sócrates, devo dizer-lhe que quando tem esse entusiasmo local, esse entusiasmo da luta pela defesa da sua terra, eu estou consigo. E também faço o mesmo quando, como cidadão português, tenho origem num certo sítio, numa certa região deste país. Outra coisa não seria de esperar, ter essa vontade é, naturalmente, legítimo.

Porém, aquilo que disse — e repito-o aqui — foi que a demagogia esteve patente nas suas palavras. De facto, também quero o desenvolvimento de todas as terras do País e, se calhar, mais da minha, quando não estou nesta função. Mas devo ter o cuidado e o critério da gestão dos dinheiros públicos, sabendo que eles têm de ser geridos com prioridades a fim de se fazer, primeiro, aquilo que é necessário e, depois, aquilo que, naturalmente, vem a seguir após a rentabilização do primeiro investimento.

Não poderia, naturalmente, ter outra atitude senão a de evitar que se repita aquilo que, por exemplo, sucedeu no Alentejo, onde existem barragens abandonadas, e algumas delas com metade da água sem utilização. Isto não era, naturalmente, compreendido pela população.

Outro aspecto que está subjacente àquilo que disse, e que devo esclarecer, é que este ano vão-se investir mais de 400 000 contos naquela área. E não se investem mais porque o avanço físico das obras não o permite.

Em relação aos números que apontou, certamente que o resto não desaparece, sendo utilizado em sistema de vasos comunicantes dentro do Orçamento do Estado, noutras obras, igualmente de interesse, e que, naturalmente, terei o gosto de lhe dar conhecimento logo que queira.

Seria demagógico se dissesse que este ano se ia fazer ou que se faz em Janeiro do ano seguinte. Far-se-á logo que necessário, com a prioridade adequada e quando o que está feito estiver a ser bem utilizado.

Devo ainda dizer-lhe, para concluir, que tenho muito gosto em convidá-lo para me acompanhar, na próxima sexta-feira, daqui a oito dias, nessa região, visitando as

direcções-gerais que têm a ver com esse processo. Terei muito gosto em vê-lo lá e consigo discutir *in loco* seja de botas, de calça arregada na lama, seja como for, esse problema na sua terra.

**Aplausos do PSD.**

**O Sr. Presidente:** — Para uma última questão sobre a instituição em Portugal dos subsídios por abandono da profissão de agricultor, tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

**O Sr. António Campos (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Sr. Secretário de Estado, já venho levantando este problema há cerca de dois anos na Comissão de Agricultura. Penso que é impossível adiar mais a explicação do Governo em relação aos pequenos agricultores, que não têm nenhuma possibilidade de se manter na grande transformação que a agricultura portuguesa tem de ter a partir de 1993.

Como o Sr. Secretário de Estado sabe, no domínio da política de preços, hoje, em Portugal, estes já estão ao nível da Europa e, nalguns casos, até acima. O rendimento dos pequenos agricultores a partir de agora está sempre em queda e a sua produtividade, dada a pequena área das suas explorações e a sua própria idade, não vai acompanhar o ritmo, estando assim, neste momento, criadas as condições para haver milhares e milhares de vítimas no mundo rural, se o Governo — que já há muito devia estar a ligar uma política social do mundo rural com uma política de reestruturação fundiária, principalmente nas zonas minifundiárias — não actuar com urgência.

Os senhores, de facto, dispõem hoje de três orçamentos: do Orçamento do Estado, com um aumento fantástico dos impostos; do orçamento da Comunidade, que é uma grande percentagem a acrescentar ao do Estado; e, agora, das privatizações, que constituem um terceiro orçamento que os senhores têm. De facto, hoje, o Governo tem capacidade de poder instituir algumas políticas sem estar a protelar.

Ora, coloco a seguinte pergunta: quando é que o Governo, dado que a CEE o apoia, se dispõe claramente a ter uma política em relação a esses agricultores que não vão acompanhar a evolução e a transformação? Não me venha falar do investimento! O investimento e a modernização, hoje, vão atingir o máximo de 15% das explorações agrícolas, o que quer dizer que vai deixar de fora mais de 500 000 explorações que não têm possibilidade nem ritmo para acompanhar, têm de ser transformadas e muitas delas têm de desaparecer.

Perante isto, pergunto ao Sr. Secretário de Estado quando é que, de facto, começa em Portugal o subsídio aos agricultores envelhecidos, que não têm outra forma de vida, mas que também já não estão em condições de acompanhar o ritmo da transformação que é obrigatório, para ganharmos a batalha de 1993, fazer-se em Portugal?

**O Sr. Presidente:** — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação (Arlindo Cunha):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com muito gosto que passarei a responder à questão formulada pelo Sr. Deputado António Campos.

Mas, antes de entrar na matéria, embora tenha todo o respeito pela questão exposta, cujos pressupostos, naturalmente, partilho em larga escala, no que respeita à medida e à sua pertinência, quero dizer-lhe que me pareceu que a sua intervenção alivia esta medida como uma espécie de varinha mágica que viria a resolver o problema das 500 000 explorações do nosso país. E digo isto por uma razão muito simples: estamos a estudá-la, como a seguir lhe direi, pormenorizadamente, mas a Comunidade Europeia, que foi o quadro de referência que o Sr. Deputado utilizou para analisar o problema, teve esta medida em funcionamento durante 13 anos e acabou com ela em 1985, por considerar que teve efeitos nulos. No entanto, como o Sr. Deputado sabe, no ano passado voltou a recriá-la, mas em termos diferentes.

Em relação à questão que o Sr. Deputado colocou, devo dizer que, como também sabe, criámos o grupo de trabalho entre o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação e o Ministério do Emprego e da Segurança Social para, com profundidade, estudarmos este assunto com as regiões autónomas.

De facto, tratou-se de estudar a aplicação desta medida a Portugal que se chama, enfim, «pré-pensão», «pré-reforma» ou reforma antecipada dos agricultores idosos que, com uma idade compreendida entre os 55 e os 65 anos, pudessem antecipar a sua saída da exploração como agentes económicos activos. Há várias modalidades que o regulamento prevê, baseado, por um lado, no Regulamento n.º 1096/88 da Comunidade, do ano passado, e, por outro, no próprio regulamento do PEDAP, no seu artigo 16.º Isto é permitido não só aos agricultores a título principal, como se sabe, como também aos assalariados permanentes ou à mão-de-obra familiar permanente até ao número de dois por exploração.

Foi nesse sentido que o grupo de trabalho procurou explorar as potencialidades do regulamento comunitário e do PEDAP. Assim, foi apresentado um relatório muito bem feito que colocou duas grandes ordens de factores que vão situar a decisão que estamos, neste momento, a ponderar.

Quais são essas duas grandes ordens de factores?

Em primeiro lugar, uma das ordens de factores tem a ver com a fiabilidade do suporte estatístico, isto é, quando pensamos numa medida nova temos de saber de que ponto é que partimos, qual é o universo potencialmente elegível e qual a nossa base de partida.

Portanto, atendendo às limitações do regulamento comunitário, fomos, naturalmente, ver qual era a base dos agricultores a título principal e verificámos que esta era muito díspare: desde 74 000 agricultores a título principal, entre os 55 e os 65 anos (dados do recenseamento agrícola de 1979) até 100 000 agricultores (dados do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social).

Portanto, logo aqui há uma dificuldade em situarmos a base de partida com instituições, por um lado, o RAC, com 75 000, e, por outro, a Segurança Social, com 100 000, no que respeita a agricultores potencialmente elegíveis nesta área.

A segunda ordem de factores, que vai determinar a análise e a decisão, tem a ver com a avaliação do grau de aderência por parte do agricultor, que, por sua vez, tem a ver com o benefício que lhe é concedido e que tem sempre um custo, que é o custo psicológico do abandono. Raras são as pessoas que gostam de abandonar a vida activa, como sabemos.

De facto, esta análise de aderência — e quero referir-me a este ponto com mais detalhe — é o ponto determinante da formulação da decisão, pois foi aí que foram analisados os vários tipos de condicionantes. Algumas das condicionantes são negativas, como, por exemplo, a obrigatoriedade de ele cessar a actividade na sua exploração; o compromisso de não produzir produtos excedentários, que é uma obrigação comunitária, e o nível da sua reforma normal no futuro. Isto porque se a reforma for muito baixa ou muito alta o agricultor não encontrará incentivos para entrar neste esquema.

As condicionantes positivas — também as há naturalmente e foram analisadas — têm a ver, em primeiro lugar, com o montante que vai ser pago ao agricultor para abandonar de facto a exploração e, sobretudo, com a análise desse montante em contraste com o nível actual do rendimento; tem a ver com outras coisas, como, por exemplo, o nível da reforma futura, com o facto de o agricultor poder ou não ceder a terra em condições flexíveis, etc.

O que se passa é que estas hipóteses de aderência são fundamentais e foi à volta disto que o grupo de trabalho muito se deteve e então aceitou como possível uma aderência de 10 % numa base, digamos, preliminar de trabalho. E, nessa base de trabalho, tendo em conta uma base estatística que lhes citei, o grupo chegou às seguintes conclusões: do ponto de vista financeiro, reformar cerca de 9000 pessoas, das quais cerca de 7000 são agricultores e 2000 assalariados, custava, de acordo com os vários cenários e com os níveis de reforma a pagar, o montante que vai de 14 milhões de contos a 28,5 milhões de contos.

Foi esta a análise que o grupo de trabalho deu para reformar 9000 pessoas. Face a estes resultados, a atitude do Governo foi a de solicitar de imediato ao grupo de trabalho a elaboração de um estudo de impacte económico destas medidas, para ver, naturalmente, qual é o seu real efeito sobre a agricultura, porque, como o Sr. Deputado pode compreender, não se pode pedir ao Ministério da Agricultura que desempenhe o papel que, porventura, cabe a outro ministério, que não o nosso, no domínio social. A nós cabe-nos aplicar uma medida se ela tiver de facto efeitos estruturantes, designadamente se ela tiver efeitos reais sobre a sucessão e sobre o rejuvenescimento da população activa ...

**O Sr. Presidente:** — Queira terminar, Sr. Secretário de Estado.

**O Orador:** — Terminarei já, Sr. Presidente. Quero apenas referir-me a uma última questão.

Sr. Deputado António Campos, quero dizer-lhe que temos uma inabalável determinação em aplicar esta medida se se revelar, de facto, estruturante e a prova de que o Governo tem esta intenção é que todos os anos põe à disposição uma verba para o efeito na esperança de a aplicar. Simplesmente, não queremos embarcar em irresponsabilidades «alegres», queremos tomá-la só quando tivermos garantias de que vai, de facto, ter efeitos estruturantes sobre a nossa agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Campos.

**O Sr. António Campos (PS):** — Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e

Alimentação, é claro que o Governo pode esconder a decisão na indefinição de números. Mas do que o Sr. Secretário de Estado tem a certeza é de que, em Portugal, o problema desta medida pode ter um impacte muito superior ao que teve em qualquer outro país agrícola comunitário, porque a estrutura fundiária é, de facto, diminuta nas zonas do minifúndio.

Ora, o Governo tem de resolver um problema que é muito simples: tem de saber, concretamente, se lhe interessa ou não tirar uma boa parte das explorações para reestruturar outras, fazer um investimento. Aí a aderência, que, como o Sr. Secretário de Estado sabe, está dependente do volume de reforma que os senhores quiserem dar aos agricultores para abandonarem a profissão.

Portanto, poderá haver uma aderência nula se se tratar de uma reforma fictícia, poderá haver uma grande aderência se se tratar de um bom montante! ... Mas, Sr. Secretário de Estado, neste momento, em Portugal, é decisivo que o Governo tenha uma política de reestruturação do minifúndio! É imperioso que antes de 1992 o Governo defina uma forma de defesa para os pequenos agricultores. Hoje, o mundo rural é o lar da terceira idade portuguesa. De facto, esses agricultores não têm qualquer cobertura social e vão-na ter muito mais tarde.

Portanto, o que pretendo, e o PS deseja, é que o Governo diga, claramente, se está ou não interessado em ligar uma política de emparcelamento a uma política de abandono de profissão através de um subsídio de abandono capaz.

Se o Sr. Secretário de Estado for dar meia dúzia de tostões por hectare, claro que os agricultores dirão adeus a essa medida, pois ela não tem interesse! Se, de facto, o Sr. Secretário de Estado quiser usar esse mecanismo para reestruturar o minifúndio, tem à sua disposição algumas dezenas de milhar de explorações onde pode chegar e ter um grande impacte.

Ora, Sr. Secretário de Estado, devo dizer que não o acompanho na desvalorização desta medida. Pelo contrário, penso que ela, encaixada com uma grande medida de emparcelamento, pode não só prestar um grande serviço às zonas de minifúndio portuguesas como ajudar a retirar da agricultura muita pessoa envelhecida, que já não está em condições de se transformar e de modernizar a sua exploração, e os senhores têm meios financeiros, dispõem de ajudas fantásticas. O senhor, hoje em dia — e já lhe disse isto —, tem três orçamentos. Por que não investir também na defesa das pessoas, sem estar só a fazer a contabilidade no sentido de saber se a produção sobe 1 % ou 2 %?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

**O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação:** — Sr. Deputado António Campos, em primeiro lugar, peço-lhe que não interprete as minhas palavras como estando a favor de uma desvalorização desta medida, que tanto para mim como para o Ministério da Agricultura é uma medida extremamente cara, porque é potencialmente importante em termos de estruturação da nossa agricultura. De forma alguma, a desvalorizei! Quero que isso fique claro. A medida foi estudada com muita seriedade e foi adaptada às nossas circunstâncias.

adaptada às nossas circunstâncias.

O Sr. Deputado deu aquela estimativa que referi, ou seja, com uma reforma mensal de 45 contos, que foi o cenário máximo que pusemos, custa-nos 28 milhões de contos para 9000 pessoas. Disse que é uma solução importante e referiu 500 000 agricultores que, na sua opinião, não têm hipótese de sobreviver. Vamos citar este número e não discutamos se têm ou não hipótese de sobreviver. Como sabemos, pela Europa fora, felizmente, o agricultor tem uma grande capacidade de resistir, porque tem formas, que outros agentes não têm noutros sectores, de defender-se economicamente.

Mas quero dizer-lhe o seguinte: o senhor referiu 500 000 agricultores que não têm hipóteses de se defender. Pois bem, se nós para 9000 agricultores precisamos de 28 milhões de contos, faça as contas e verificará que para 500 000 agricultores precisamos de, aproximadamente, 200 milhões de contos. Sr. Deputado, estou talvez a caracterizar, ...

O Sr. António Campos (PS): — Pois está!

O Orador: — ... mas estou apenas a fazer contas de cabeça e muito rápidas. Isto apenas para lhe dizer que não podemos, de forma alguma, sem todo o rigor, sem uma articulação com outras medidas e, sobretudo, sem um estudo real sobre os efeitos económicos — e, como sabe, estamos em fase de ultimização do decreto regulamentar sobre o emparcelamento —, não podemos embarcar alegremente e aplicar a medida, por mais que gostemos dela, que é o meu caso concreto.

O Sr. António Campos (PS): — Dois anos!

O Orador: — Exactamente, dois anos, e o senhor sabe porquê.

Em segundo lugar, quero dizer-lhe que possivelmente, tal como estamos a fazer no emparcelamento, com um protocolo de cooperação com a Alemanha e com a Espanha, iremos tentar fazer esta abordagem integrada com o emparcelamento e com os jovens agricultores em zonas piloto. Vamos escolhê-la no minifúndio, certamente. É por aí que vamos começar, porque não podemos embarcar nessa medida, de uma maneira generalizada, a todo o País, com a base de fundo financeiro que temos, que, de facto, é assustadora.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso é que, possivelmente, nos encaminhámos para essa estratégia de aplicar a medida em zonas piloto, mas, acredite, a nossa responsabilidade e o nosso entusiasmo na medida mantêm-se. Só que não podemos fazê-lo, como imagina, de uma maneira irresponsável, porque ninguém ganharia com isso.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminados os trabalhos de hoje, resta-me anunciar que a próxima sessão terá lugar terça-feira, dia 31, às 15 horas, com período de antes da ordem do dia, com prolongamento, e, do período da ordem do dia, consta a discussão do projecto de lei n.º 420/V (PS) — Cria o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da

**Agricultura, Pescas e Alimentação:** — Peço a palavra, Sr. Presidente, apenas para dizer que tenho comigo um memorando, contendo elementos, para entregar ao Sr. Deputado António Campos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 12 horas.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Carlos Manuel Sousa Encarnação.  
Fernando José R. Roque Correia Afonso.  
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
Vitor Pereira Crespo.

**Partido Socialista (PS):**

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
António de Almeida Santos.  
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.  
Mário Manuel Cal Brandão.  
Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Apolónia Maria Pereira Teixeira.  
José Manuel Antunes Mendes.

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Álvaro José Rodrigues Carvalho.  
António Augusto Lacerda Queirós.  
António Joaquim Correia Vairinhos.  
António José de Carvalho.  
António José Coelho Araújo.  
António Maria Pereira.  
António Mário Santos Coimbra.  
António da Silva Bacelar.  
Armando Carvalho Guerreiro da Cunha.  
Dinah Serrão Alhandra.  
Domingos Duarte Lima.  
Jaime Gomes Mil-Homens.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
José Augusto Ferreira de Campos.  
José Augusto Santos Silva Marques.  
José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.  
Licínio Moreira da Silva.  
Luís António Damásio Capoulas.  
Luís Filipe Meneses Lopes.  
Luís da Silva Carvalho.  
Manuel Ferreira Martins.  
Margarida Borges de Carvalho.  
Mário Júlio Montalvão Machado.  
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.  
Rui Manuel Almeida Mendes.

**Partido Socialista (PS):**

António Domingos Azevedo.  
António Fernandes Silva Braga.  
António Poppe Lopes Cardoso.

Carlos Manuel Martins Val César.  
Hélder Oliveira dos Santos Filipe.  
João Barroso Soares.  
João Rosado Correia.  
Jorge Fernando Branco Sampaio.  
José Apolinário Nunes Portada.  
José Manuel Oliveria Gameiro dos Santos.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.

Partido Comunista Português (PCP):

Ana Paula da Silva Coelho.  
Domingos Abrantes Ferreira.  
Lino António Marques de Carvalho.  
Maria Luísa Amorim.  
Maria Odete Santos.  
Octávio Rodrigues Pato.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Natália de Oliveria Correia.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.  
José Luís Nogueira de Brito.  
Narana Sinai Coissoró.

Deputados independentes:

Carlos Matos Chaves de Macedo.  
Raul Fernandes de Moraes e Castro.

AS REDACTORAS: *Maria Amélia Martins — Cacilda Nordeste.*



Depósito legal n.º 8818/85

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.**

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 4\$50; preço por linha de anúncio, 93\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

---

**PREÇO DESTE NÚMERO 90\$00**

---

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex